



Identificação da empresa

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

Missão

Missão: Aumentar a competitividade e notoriedade de Portugal, através da dinamização de investimento estruturante e da internacionalização das empresas, com especial destaque para as pequenas e médias.

Visão: Agência de referência para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a inserção internacional das empresas portuguesas.

Objectivos

- Contribuir para o aumento do VAB – como efeito directo de investimentos estruturantes e dos fluxos de comércio internacional;
- Contribuir para a redução do défice da Balança Comercial – pelo crescimento das exportações e pela substituição de importações, através do alargamento da base exportadora portuguesa integrando cada vez mais PME's nos processos de internacionalização, em simultâneo com a diversificação dos mercados externos e o apoio no aprofundamento das actividades das empresas nos mercados internacionais, em particular as de produtos e serviços de elevado valor acrescentado tecnológico;
- Contribuir para o Emprego – pelo efeito de propostas de medidas específicas para a manutenção, criação e qualificação dos postos de trabalho, como pelo incremento de investimento contratado associado à sua geração.

Políticas da Empresa

A AICEP focar-se-á em Iniciativas Criadoras de Valor para Portugal (com impacto directo e positivo na Economia nacional), Competitivas internacionalmente (sujeitas a concorrência internacional e com potencial de crescimento) e Sustentáveis no tempo (cujo efeito se prolonga por tempo suficiente para ter efeitos directos e para induzir efeitos indirectos).

A AICEP quer ser reconhecida como dinamizadora de negócios e definiu, para cada um dos seus objectivos estratégicos, grandes linhas de actuação a seguir descritas:

- Diversificar os mercados de destino dos produtos e serviços nacionais:
 - Identificar e aprofundar novos mercados;
 - Coordenar Missões empresariais em articulação com a política externa numa óptica de diplomacia económica;
 - Promover a Imagem das Marcas e Serviços Portugueses através de Seminários/workshops, em coordenação com parceiros locais, onde se divulgue a oferta portuguesa de bens e serviços.
- Alargar a base exportadora portuguesa, integrando cada vez mais PME's:
 - Fomentar a cooperação estratégica entre empresas Portuguesas presentes nos mercados externos com outras ainda não presentes nesses mercados;
 - Dinamizar uma rede de negócios internacional que integre os quadros portugueses presentes nos mercados externos;
 - Desenvolver acções de formação temáticas em Portugal sobre estratégias de internacionalização com a apresentação dos casos de sucesso;
 - Aprofundar a articulação com a representação portuguesa nas Instituições Internacionais (financeiras e multilaterais);
- Facilitar o aprofundamento das actividades das empresas nos mercados externos, em particular as de produtos e serviços de elevado valor acrescentado tecnológico:



aicep Portugal Global

- Dinamizar as necessidades de intervenção nos mercados externos no que respeita à Diplomacia Económica no sentido de fomentar um ambiente favorável às empresas nesses mercados;
- Apoiar as acções de iniciativa privada nos mercados externos para a promoção da oferta nacional de bens e serviços;
- Desenvolver acções de lobbying/extroversão de contactos com os potenciais interessados em Portugal;
- Aumentar o investimento contratado e os postos de trabalho gerados pelo mesmo:
 - Dinamizar missões de potenciais investidores estrangeiros a Portugal;
 - Acções de lobbying/extroversão de contactos com os potenciais interessados em investir em Portugal;
 - Realizar abordagens, individuais ou colectivas, com o objectivo de angariar novos investimentos para o nosso país;
 - Seminários/workshops em Portugal que visem a constituição de competências para a manutenção/reforço do investimento estrangeiro do nosso país;
 - Desenvolver um ambiente favorável às empresas, prosseguindo no combate aos custos de contexto que entram o seu crescimento e prejudicam a sua competitividade;

Obrigações de Serviço Público

Ver título seguinte

Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

- No âmbito das medidas tomadas para a simplificação e modernização das estruturas públicas e para a melhoria da competitividade das empresas, a lei orgânica do Ministério da Economia e da Inovação, contida no DL nº 208/2006 de 27 de Outubro, atribuiu à AICEP a responsabilidade pela promoção da imagem global de Portugal, pela promoção das exportações de bens e serviços e pela captação de investimento directo estruturante, nacional e estrangeiro, bem como o acompanhamento do investimento directo português no estrangeiro.
- O DL nº 25/2007 de 25 de Junho, que criou a AICEP, define-lhe como objectivo principal das suas atribuições o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa, cabendo-lhe, em conjunto com as empresas portuguesas e entidades públicas, trabalhar para a criação a nível global, nacional e local, das melhores condições para que as mesmas respondam com sucesso aos desafios e às oportunidades decorrentes da crescente integração da economia mundial.
- O mesmo Decreto-lei prevê as receitas necessárias à execução das funções de que está incumbida, em que a parte correspondente aos serviços prestados no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa, sendo a mais significativa, é financiada através de comissões de gestão devidas pelo Estado em função de objectivos pré-definidos e contemplados num contrato-programa.
- O contrato-programa assinado em 24 de Setembro de 2009 com os Ministérios de Estado e das Finanças e da Economia e da Inovação, estabelece os termos da prestação de serviços a que a AICEP se compromete no âmbito das suas atribuições e por outro lado as contrapartidas financeiras devidas pelo Estado pelos serviços prestados, iniciando a sua vigência em 1 de Setembro de 2009 e termina a 31 de Dezembro de 2011.



aicep Portugal Global

Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

No quadro do presente contrato-programa, cujo período de vigência é de 2 anos aproximadamente, o modelo de financiamento das diferentes vertentes de actuação da AICEP na prossecução do seu objecto estatutário, assenta, anualmente:

- a) Em comissões de gestão devidas pelo Estado, pelos serviços prestados pela AICEP no exercício dos poderes de autoridade pública, calculadas com base no grau de cumprimento de objectivos negociados para cada caso particular;
- b) No recurso a fundos comunitários para financiamento de actividades e acções enquadráveis nos programas em vigor;
- c) Em receitas provenientes da prestação de serviços a pedido de entidades particulares ou oficiais, enquadrados nas suas atribuições,
- d) Em rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto de alienação e da constituição de direitos sobre eles.